

Concretizar o Pacto Rural nos Estados-Membros

Documento de informação

novembro de 2023

Índice

| | |
|--|---|
| 1. Introdução | 1 |
| 2. Por que é necessário um Pacto Rural? | 2 |
| 3. Componentes do Pacto Rural | 3 |
| 3.1. Estruturas e mecanismos de colaboração com as comunidades rurais | 3 |
| 3.2. Um membro do Governo designado e serviços específicos para abordar questões rurais em todos os domínios políticos | 4 |
| 3.3. Reforço de capacidades e apoio à criação de redes para uma grande variedade de partes interessadas | 4 |
| 3.4. Uma visão prospetiva, aplicada através de uma estratégia e plano de ação holísticos | 5 |
| 3.5. Verificação rural eficaz e sistemas de dados adequados | 5 |
| 3.6. Sistemas de governação adequados a fim de facilitar a coordenação | 6 |
| 3.7. Mecanismos para coordenar a afetação dos fundos e assegurar sinergias | 6 |

As informações e opiniões expressas no presente documento são as dos autores e não refletem necessariamente a posição oficial da Comissão Europeia. A Comissão não garante o rigor dos dados incluídos, nem pode ser considerada responsável pela utilização que possa ser feita das informações constantes da presente publicação.



1. Introdução

Este documento de informação política descreve os principais elementos ou componentes necessários para mobilizar as partes interessadas em torno do Pacto Rural e promover uma ação concertada com vista à consecução dos objetivos da visão a longo prazo para as zonas rurais da União Europeia, no contexto específico de cada Estado-Membro ou região. Apresenta também alguns exemplos de como esses elementos são postos em prática. Esta publicação destina-se principalmente às autoridades públicas nacionais (e regionais no caso dos Estados-Membros cujas autoridades regionais disponham de poderes legislativos ou de planeamento), às organizações da sociedade civil (especialmente as que participam na elaboração ou defesa de políticas), aos investigadores, às organizações empresariais e a outras partes interessadas das políticas rurais.



Se procura uma forma de concretizar o Pacto Rural no seu país ou região, estas informações são para si!



Financiado pela
União Europeia

2. Por que é necessário um Pacto Rural?

Como salientou a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, as zonas rurais são **essenciais** para a identidade e bem-estar da Europa, desempenhando também um papel importante na resposta aos grandes **desafios** sociais e ambientais. Para que as zonas rurais possam prosperar, são necessários os **esforços coordenados** de um vasto conjunto de intervenientes e partes interessadas de diferentes níveis de governação.

Em 2021, após uma ampla reflexão conjunta e consulta das partes interessadas, a Comissão Europeia publicou uma comunicação sobre a **visão**

a longo prazo para as zonas rurais da UE. Para concretizar esta visão foi elaborado um **plano de ação para as zonas rurais**, articulado em torno de nove iniciativas emblemáticas, 15 ações de acompanhamento e seis **ações horizontais**, refletindo o compromisso da Comissão de tornar as zonas rurais mais fortes, resilientes, interligadas e prósperas até 2040. Uma destas ações horizontais consiste em propor um **Pacto Rural** — um mecanismo que permita a participação e incentive a intervenção de todas as partes interessadas pertinentes e de todos os níveis de governação com vista à consecução do objetivo respeitante à visão a longo prazo.

Objetivos do Pacto Rural



Dar mais voz às zonas rurais e integrá-las nas agendas políticas



Criação de redes, colaboração e aprendizagem mútua



Compromissos de ação

Em junho de 2023, a Comissão Europeia criou o **Grupo de Coordenação do Pacto Rural**, composto pelas principais partes interessadas do setor rural, para orientar o processo do Pacto Rural nos próximos três anos, sob a coordenação da Direção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural em colaboração com a Direção-Geral da Política Regional e Urbana. A Comissão criou ainda o **Gabinete de Apoio ao Pacto Rural** para dinamizar o pacto e contribuir para a consecução dos objetivos da comunidade através da execução de tarefas essenciais. Estas incluem organização de eventos, compilação e divulgação de boas práticas, coordenação de esforços com outras redes da política da UE, apoio à plataforma da comunidade do Pacto Rural, publicação da «Rural Vision Magazine», um boletim informativo e documentos de informação, bem como a gestão do sítio Web e dos canais das redes sociais. Todas as atividades à escala da UE são concebidas e realizadas com a forte participação das partes interessadas. No entanto, para obter resultados, **é necessário que o Pacto Rural ultrapasse o âmbito da UE e chegue às partes interessadas nacionais, regionais e locais**. As autoridades nacionais, regionais e locais são responsáveis pela adoção de várias medidas estratégicas com impacto nas zonas rurais, nomeadamente critérios de utilização dos fundos da UE. Outras partes interessadas, como as organizações da sociedade civil, desempenham um papel importante na elaboração e aplicação de políticas. A visão a longo prazo só pode ser alcançada se todas participem e se empenhem ativamente. Além disso, o bem-estar e os meios de subsistência nas zonas rurais — em especial nas zonas com condicionantes específicas, como as regiões montanhosas,

insulares ou transfronteiriças — não dependem apenas dos intervenientes habitualmente associados à agricultura e ao desenvolvimento rural. As autoridades públicas (por exemplo, as que são competentes em matéria de educação, saúde, transportes e outros serviços, energia, ambiente ou infraestruturas digitais), os intervenientes na política urbana, as empresas e os investigadores também têm um papel a desempenhar.

Verificam-se algumas tentativas no sentido de estabelecer pactos rurais a vários níveis (nacional, regional, local) e de diversas formas, consoante as necessidades e as culturas organizacionais em toda a UE. É importante que **nenhuma zona rural da UE seja deixada para trás** e que todas possam beneficiar dos esforços coordenados para as tornar mais fortes, resilientes, interligadas e prósperas. Para tal, as partes interessadas das zonas rurais da UE devem aderir à comunidade do Pacto Rural ao nível da UE e tomar medidas práticas no seu próprio domínio de atividade, procurando identificar a melhor forma de **concretizar os compromissos assumidos no âmbito do Pacto Rural nos seus contextos nacionais, regionais ou locais**. Estas atividades a diferentes níveis complementar-se-ão e contribuirão para a transformação da visão a longo prazo numa estratégia concreta com resultados práticos, conforme reivindicado pelas partes interessadas no **Fórum de Alto Nível sobre Política Rural** realizado em Sigüenza (Espanha).



3. Componentes do Pacto Rural

Muito antes do desenvolvimento da visão a longo prazo para as zonas rurais da UE, alguns Estados-Membros (por exemplo, a Finlândia) já dispunham de estruturas de governação que viabilizavam políticas rurais coordenadas e abrangentes em vários domínios temáticos, à semelhança do que é preconizado pelo Pacto Rural. Outros países começaram, mais recentemente, a aplicar iniciativas semelhantes, motivados por tendências negativas como o despovoamento rural, o declínio económico e o descontentamento, ou no intuito de aproveitar as oportunidades criadas pelo financiamento europeu (por exemplo, a Espanha e a Chéquia). Com base na sua respetiva experiência e no processo de visão a longo prazo para as zonas rurais da UE, há vários **elementos que os Estados-Membros podem aplicar que contribuem para a consecução dos objetivos do Pacto Rural** a nível nacional ou regional. Estes elementos complementam os 11 [Princípios da OCDE sobre a Política Rural](#) e incluem:

- ▶ Estruturas e mecanismos de colaboração com as comunidades rurais;
- ▶ Um membro do Governo designado e serviços específicos para abordar questões rurais em todos os domínios políticos;
- ▶ Reforço de capacidades e apoio à criação de redes para uma grande variedade de intervenientes e partes interessadas;
- ▶ Uma visão prospetiva, aplicada através de uma estratégia e plano de ação holísticos;
- ▶ Verificação rural eficaz e sistemas de dados adequados;
- ▶ Sistemas de governação adequados a fim de facilitar a coordenação;
- ▶ Mecanismos para coordenar a afetação dos fundos e assegurar sinergias.

No seu conjunto, estes são os componentes de um Pacto Rural bem-sucedido. As **soluções individuais podem ser adaptadas** ao contexto nacional, incluindo quadros jurídicos e administrativos específicos, fontes de financiamento, cultura organizacional e capacidades das partes interessadas.

3.1. Estruturas e mecanismos de colaboração com as comunidades rurais

A mudança rural não pode ser alcançada sem uma forte participação das comunidades rurais. Sabe-se que as políticas concebidas e aplicadas de forma participativa têm maior probabilidade de ser bem-sucedidas que as abordagens descendentes, sobretudo nas zonas rurais. Essa participação não se deve cingir a consultas ocasionais, deve antes assumir um **caráter regular, sistemático e que garanta a representatividade** das principais partes interessadas. É igualmente importante permitir a participação destas em **todo o processo político**, desde a conceptualização e a conceção de políticas até à elaboração de legislação, sua aplicação e avaliação dos resultados.

Para que tal aconteça, são necessários mecanismos específicos, adaptados às capacidades e à disponibilidade dos representantes das comunidades rurais, bem como atividades que fomentem o diálogo aberto (como debates e seminários). Há vários formatos possíveis: por exemplo, estruturas relativamente formais, como grupos de trabalho ou comités de coordenação que contem com a participação de diferentes tipos de intervenientes (como o Conselho de Política Rural da **Finlândia**); ou eventos para ajudar a formular e dar voz às necessidades das comunidades rurais, bem como para sensibilizar e valorizar as zonas rurais junto do público em geral. As atuais redes com ligações diretas às comunidades rurais podem desempenhar um papel importante. Tal pode acontecer, por exemplo, no âmbito dos **parlamentos rurais a nível nacional**, que permitem às comunidades

Parlamento rural da Letónia

O Fórum rural letão (uma organização nacional que reúne as principais partes interessadas da sociedade civil no domínio do desenvolvimento rural) organiza o Parlamento das Comunidades Rurais da Letónia a cada dois anos. Em 2023, este evento reuniu cerca de 300 representantes dos órgãos de poder local e regional, das empresas, dos decisores políticos (incluindo os Ministérios da Agricultura, da Proteção do Ambiente e do Desenvolvimento Regional e da Segurança Social), académicos, profissionais e entusiastas do desenvolvimento rural. Os participantes procederam ao intercâmbio de experiências e foi elaborada uma resolução que, nos próximos dois anos, servirá de roteiro para todas as decisões sobre as zonas rurais.

Mais informações [aqui](#).



rurais e às organizações da sociedade civil estabelecer diálogo com os decisores políticos (veja-se, por exemplo, o caso da **Letónia**). Este tipo de parlamentos são já uma realidade em muitos Estados-Membros da UE (Estónia, Croácia, Letónia, Lituânia, Hungria, Países Baixos, Roménia, Eslováquia, Finlândia e Suécia, por exemplo), bem como em países vizinhos (Albânia, Bósnia-Herzegovina e Escócia, no Reino Unido), sendo as suas respetivas conclusões apresentadas no âmbito das reuniões bienais do [Parlamento Rural Europeu](#).



Já é tempo de a visão a longo prazo para as zonas rurais da Europa ser não só adotada, mas também aplicada. Para que isso seja possível, precisamos de uma mudança de mentalidades, de uma maior apreciação das zonas rurais, bem como de abordagens de base local e de uma maior confiança nas comunidades locais. Devemos afastar-nos da compartimentação política e olhar para as zonas rurais de uma forma abrangente.



© Lidija Pavić-Rogošić

Lidija Pavić-Rogošić, membro do CESE, ODRAZ – Desenvolvimento Sustentável da Comunidade (HR).





3.2. Um membro do Governo designado e serviços específicos para abordar questões rurais em todos os domínios políticos

O desenvolvimento rural é, por norma, da responsabilidade de um ministério que, frequentemente, tem competência também em matéria de agricultura, silvicultura e/ou economia alimentar. No entanto, as decisões tomadas pelos organismos responsáveis pelo desenvolvimento económico e regional, pela educação, pela saúde e pelos transportes podem ter impacto igual ou superior na vida rural. Assegurar que todos estes serviços cooperam para criar um impacto positivo nas zonas rurais exige uma forte liderança, e ter **um membro do Governo responsável pelas questões rurais** é fundamental para que as populações rurais se sintam ouvidas. A criação de um serviço específico para dar resposta às questões rurais pode também contribuir para sensibilizar os organismos governamentais competentes para a importância das zonas rurais, facilitando assim uma ação coordenada. Os exemplos da **Irlanda** e da **Finlândia** dão-nos algumas soluções inspiradoras.

Conselho de Política Rural da Finlândia

A Finlândia reconheceu há muito que a política rural deve pressupor a participação de todas as instituições cujas decisões afetam a vida quotidiana e o empreendedorismo nas zonas rurais. Neste sentido, foi desenvolvida uma estrutura para as reunir e assegurar a colaboração: o Conselho de Política Rural da Finlândia. Está adstrito ao Governo finlandês, sendo que o ministro da Agricultura e o ministro da Economia e do Emprego partilham habitualmente as funções de presidente e vice-presidente. Os 34 membros são nomeados pelo Governo e representam ministérios, agências, o setor privado e as organizações da sociedade civil. São apoiados por um secretariado gerido pelo secretário-geral, com três vice-presidentes em representação do setor público, da sociedade civil e dos organismos de investigação. A maior parte dos trabalhos do Conselho é efetuada em redes temáticas.



Mais informações [aqui](#).

«O nosso futuro rural» na Irlanda

A política abrangente da Irlanda para as zonas rurais assenta na estratégia nacional de desenvolvimento a longo prazo «Project Ireland 2040» e tem por base a visão de uma Irlanda rural próspera, essencial para o bem-estar e desenvolvimento económico, social, cultural e ambiental do país.



Para o efeito, foi concebido um conjunto abrangente de medidas políticas, cada uma com um departamento governamental específico responsável pela sua aplicação. O processo é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Rural e das Comunidades e liderado pelo seu ministro, sendo os progressos acompanhados pelo Conselho de Ministros para a Recuperação Económica e o Investimento, presidido pelo primeiro-ministro.

Mais informações [aqui](#).

Um serviço específico deste tipo pode também funcionar como primeiro ponto de contacto com as partes interessadas para partilharem ideias ou manifestarem preocupações sobre questões rurais, devendo, de preferência, ser dotado de pessoas com uma boa capacidade de compreensão e comunicação com as diversas partes interessadas rurais e diferentes departamentos administrativos, e com experiência noutros setores da economia ou da sociedade civil.



Olhando para a geografia do descontentamento, é necessário passar da teoria à prática! O Pacto Rural e iniciativas como a verificação rural têm de ocorrer não só ao nível da UE, mas também a nível nacional, regional e local. É necessária uma abordagem holística e menos burocrática.



© Radim Sršeň

Radim Sršeň, Ministro-Adjunto dos Assuntos Regionais (CZ).



3.3. Reforço de capacidades e apoio à criação de redes para uma grande variedade de partes interessadas

Para que uma mudança rural seja possível, é essencial contar com a participação das partes interessadas das zonas rurais. Contudo, para participar no Pacto Rural, muitos poderão necessitar do apoio de organizações intermediárias que forneçam explicações e proporcionem incentivos e oportunidades de debate, permitindo que as pessoas troquem experiências e formulem opiniões e posições. Este tipo de apoio pode ser particularmente importante para habitantes de pequenas aldeias remotas, pequenos agricultores, microempresários, mulheres e representantes dos jovens. Começando pelo estabelecimento de confiança e explicação de conceitos fundamentais em linguagem simples, pelo desenvolvimento de competências e da formação específica, um **esforço sistemático a longo prazo** poderá ser necessário para integrar estes «suspeitos pouco prováveis». A disponibilização de um orçamento para cobrir as despesas de viagem para efeitos de deslocação a reuniões poderá ser fundamental, especialmente nos Estados-Membros de maior dimensão (como a **Suécia**, ver exemplo). Além do apoio à criação de redes e à participação, é igualmente importante assegurar o acesso dos intervenientes rurais a financiamento e à possibilidade de executar projetos a nível local que contribuam para a visão a longo prazo para as zonas rurais da UE. Os balcões únicos podem reforçar e revitalizar as comunidades rurais através de dinamização, aconselhamento, criação de redes e prestação do apoio necessário ao cumprimento dos requisitos de financiamento. Este apoio já é prestado por muitos grupos de ação local (GAL) do programa LEADER, mas pode também provir de serviços especializados (como acontece nos **EUA**).

Participação e reforço das capacidades das partes interessadas das zonas rurais na Suécia

A participação das partes interessadas em questões rurais na Suécia é facilitada pela Rede Rural Nacional. As partes interessadas rurais nacionais e regionais (independentemente de aplicarem ou não a política agrícola comum) são incentivadas a candidatar-se à adesão formal e a assumir o compromisso de participar ativamente em grupos de trabalho temáticos, podendo atuar como intermediários que contribuem para transferir o diálogo político para o nível local. A fim de facilitar a participação dos intervenientes da sociedade civil, a rede rural nacional dispõe de financiamento para despesas de viagem e até mesmo para efeitos de honorários (para voluntários).



Mais informações [aqui](#).

Ajudar as comunidades rurais a ter acesso à informação e ao financiamento

Nos Estados Unidos, as agências federais e as comissões responsáveis pelas questões rurais colaboram para garantir um acesso equitativo das comunidades rurais ao financiamento federal. Além disso, fornecem conhecimentos especializados para ajudar estas comunidades a clarificar as prioridades locais e a apresentar a sua candidatura a financiamento para a criação de emprego, infraestruturas e melhoria das comunidades.



Mais informações [aqui](#).

A fim de divulgar informação junto dos beneficiários rurais acerca dos fundos europeus relevantes, a Comissão Europeia disponibilizou, em 6 de fevereiro de 2024, um conjunto de ferramentas sobre as oportunidades de financiamento da UE para as zonas rurais, reunindo a informação num único local acessível aos órgãos de poder local, às partes interessadas, aos responsáveis pelos projetos e às autoridades de gestão, ajudando-os a tirar o máximo partido das novas oportunidades proporcionadas pelo orçamento da UE para 2021-2027.



3.4. Uma visão prospetiva, aplicada através de uma estratégia e plano de ação holísticos

Para enfrentar os desafios que se colocam às zonas rurais, os decisores políticos devem ter uma visão clara que oriente o rumo a seguir a longo prazo. É necessário que as comunidades rurais e os que pretendem investir, instalar-se ou trabalhar nas zonas rurais, em especial os jovens, estejam seguros de que o apoio político continuará disponível durante muitos anos. Para o efeito, é indispensável um amplo consenso entre os grupos políticos e a sociedade civil (incluindo as organizações rurais e urbanas), os agricultores, as pequenas e médias empresas, os jovens e os vários intervenientes económicos e sociais, podendo ser também necessário adotar disposições eficazes em matéria de gestão de conflitos. O consenso e a participação dos principais serviços governamentais permitem assegurar a **continuidade a longo prazo** e garantir recursos — humanos, institucionais e financeiros — suficientes para que a visão se torne uma realidade.

Neste sentido, é também essencial uma estratégia multissetorial holística. Uma vez que as políticas rurais enfrentam desafios múltiplos e complexos, as intervenções fragmentadas não são eficazes. Aliás, tentar resolver um único problema ou apoiar um grupo-alvo pode até ser contraproducente. Uma abordagem holística e integrada ajuda a ter em conta os aspetos sociais, económicos e ambientais da vida rural que, em muitos casos, se encontram interligados (ver o exemplo da **França**). Um pacto rural nacional ou regional pode ser o primeiro passo para reunir diferentes vertentes políticas e facilitar uma **visão mais ampla e integrada** das zonas rurais. Tal deve traduzir-se em **medidas práticas** que constituam um plano de ação coerente, indicando claramente quem é responsável por quê e de que forma os progressos podem ser acompanhados e avaliados.

Programa France Ruralités

Com base na execução da sua primeira agenda rural nacional, o Governo francês lançou, em 2023, um programa abrangente para impulsionar as zonas rurais, assente em quatro pilares: apoio técnico a projetos de investimento para os municípios; aumento do financiamento da biodiversidade para valorizar os recursos ambientais rurais; soluções práticas para a vida quotidiana (mobilidade, educação, saúde, cultura, habitação, etc.) e um novo sistema de conceção de zonas rurais de revitalização, que obtêm benefícios fiscais. Um elemento importante do programa é a promoção de «terceiros lugares» para fomentar a inovação coletiva.



O programa foi lançado em conjunto pelo primeiro-ministro, pelo ministro da Transição Ecológica e da Coesão Territorial e pelo ministro-adjunto responsável pelas Autoridades Locais e pelos Assuntos Rurais. Os resultados serão acompanhados através de indicadores como a percentagem de habitações rurais desocupadas, o número de novas empresas rurais e a percentagem de cidadãos que consideram as zonas rurais um bom lugar para viver.

Mais informações [aqui](#).



3.5. Verificação rural eficaz e sistemas de dados adequados

Uma vez que as zonas rurais são afetadas por um grande número de decisões legislativas e administrativas, é necessário um mecanismo que permita maximizar o impacto positivo e limitar os negativos. A verificação rural é um mecanismo que identifica e avalia o impacto de novos regulamentos, planos ou programas nas zonas rurais. Para ser bem-sucedida, deverá ser integrada em todo o **sistema de governação** e adaptada à estrutura administrativa específica de um país/região. No **Reino Unido**, de acordo com o [relatório de 2020 sobre a verificação rural](#), cada departamento governamental nomeou um responsável pela verificação rural, cujo papel é promover a verificação rural no seu domínio de intervenção. O Governo elaborou igualmente [orientações práticas sobre a análise dos resultados da política nas zonas rurais](#). Na **Finlândia**, a verificação rural está integrada nas orientações do Ministério da Justiça sobre a avaliação de impacto das propostas legislativas governamentais e é acompanhada de métodos de avaliação fáceis de utilizar, bem como de formação e **sensibilização dos legisladores**. O [grupo temático da rede rural nacional sobre a verificação rural](#) preparou um quadro analítico e recomendações para a verificação rural nacional, regional e local.

Para avaliar o impacto das decisões nas zonas rurais e medir os progressos na execução das políticas e estratégias, é essencial o acesso a **dados de elevada qualidade**. A região espanhola da Catalunha publica um livro bianual exaustivo com estatísticas pormenorizadas sobre as suas zonas rurais. Estes dados são utilizados pelo comité diretor da [visão rural regional](#) para acompanhar as novas propostas legislativas e avaliar o impacto nas zonas rurais. Na Hungria, o Sistema Nacional de Informação sobre Desenvolvimento Regional e Ordenamento do Território ([www.teir.hu](#)) integra dados rurais de várias fontes com um módulo LEADER específico que fornece dados aos GAL e aos municípios. A tomada de decisões sobre questões rurais baseada em dados concretos pode também ser apoiada pelo [Observatório Rural](#), lançado em dezembro de 2022 pela Comissão Europeia para centralizar, analisar e divulgar dados relacionados com as zonas rurais da UE.





3.6. Sistemas de governação adequados a fim de facilitar a coordenação

Dada a importância da participação de múltiplos e variados intervenientes políticos no desenvolvimento rural, é fundamental criar um sistema que facilite a coordenação, tanto **horizontal** (por exemplo, entre diferentes ministérios setoriais) como **vertical** (entre diferentes níveis de governação: nacional, regional, sub-regional e local). Essa coordenação deverá contribuir para evitar a duplicação de esforços ou ações contraditórias e criar sinergias. Um modelo de governação a vários níveis deve contar com a participação das organizações da sociedade civil, das empresas e dos parceiros sociais. Devem ser criados mecanismos e incentivos para assegurar que os diferentes serviços e níveis administrativos comunicam regularmente e que a cooperação não se limita ao intercâmbio de informações, mas facilita o debate participativo aberto e o planeamento de atividades conjuntas.

Pode revelar-se útil a realização de reuniões regulares dos membros do pessoal responsáveis por diferentes instrumentos políticos, de preferência num contexto informal, para reforçar a **confiança e um entendimento comum** dos desafios e objetivos. É também extremamente importante a definição de linhas claras de responsabilidade por tarefas específicas e uma forte legitimidade do organismo responsável pela coordenação, como ilustrado pelo exemplo **espanhol**. Alguns Estados-Membros dispõem de [conselhos de política alimentar](#) que podem servir de modelo inspirador para a criação de plataformas multilaterais.

Combater o despovoamento rural em Castela-Mancha

Em 2021, a região espanhola de Castela-Mancha aprovou uma lei especial sobre medidas económicas, sociais e fiscais para combater o despovoamento e desenvolver as zonas rurais. Foi fundamental uma liderança forte do vice-presidente regional, com o apoio de um comissário específico para o desafio demográfico, para mobilizar e promover a participação de todos os departamentos do governo regional (como a agricultura, a educação, a saúde e os transportes) no desenvolvimento da lei e na execução de uma estratégia regional que permitisse a concretização dessa lei.



Esta estratégia abrange várias ações e mobiliza 3 322 milhões de EUR provenientes de fundos regionais, nacionais e da UE, incluindo do NextGenerationEU. Para coordenar a estratégia, foi criado o Conselho Regional para o Desenvolvimento do Ambiente Rural e a Luta contra o Despovoamento, com a participação de representantes de todos os departamentos do governo regional, dos conselhos provinciais e dos órgãos locais, bem como dos principais agentes socioeconómicos (por exemplo, sindicatos, empresas, universidades e sociedade civil).

Ver mais informações [aqui](#).



© Albert Puigvert



Enfrentar os desafios rurais implica o desenvolvimento de **políticas transversais que contem com a participação de todos os níveis de governo. Na Catalunha, o Pacto Rural foi o resultado de um processo participativo e a sua governação envolve a sociedade civil, o Governo e o Parlamento.**

Albert Puigvert, Associação de Iniciativas Rurais da Catalunha (ES).



3.7. Mecanismos para coordenar a afetação dos fundos e assegurar sinergias

Além de uma boa coordenação entre os diferentes organismos, um apoio eficaz às zonas rurais exige a **coordenação de diferentes fontes de financiamento** — europeias, nacionais, regionais e locais — para assegurar que os vários instrumentos conjugados são suficientes para dar resposta às necessidades rurais e estão adaptados à realidade dos beneficiários (projetos de pequena escala, capacidade administrativa limitada, etc.). O Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e a política de coesão (FEDER, FSE) são as principais fontes de financiamento da UE para a mudança rural, mas vários outros fundos (fundos de resiliência e recuperação) e programas (por exemplo, Erasmus e LIFE) podem desempenhar um papel importante. Estas fontes de financiamento podem também ser **combinadas** através de abordagens multifundados para criar ainda mais oportunidades de ação no terreno, como é o caso na **Chéquia**. As autoridades de gestão nacionais e regionais podem facilitar o acesso ao financiamento pelas partes interessadas das zonas rurais ao criar fluxos de financiamento **específicos para as zonas rurais** e conceber regras simples e de fácil utilização em matéria de apresentação de candidaturas, elegibilidade e comunicação de informações relativamente a todos os diferentes fundos. Tal foi feito, por exemplo, pela **Suécia** no período de 2014-2020, com todo o financiamento de desenvolvimento local de base comunitária para as zonas rurais, a partir de quatro fundos da UE (FEADER, FEDER, FSE e FEAMP), gerido por uma única autoridade e executado através de um conjunto harmonizado de regras.

Outra solução consiste na criação local, regional ou nacional de um balcão único para apoiar os municípios rurais, as empresas e as ONG no acesso a financiamento público. Em alguns Estados-Membros (por exemplo, [na região do Tirol, na Áustria](#)), este papel é desempenhado pelos GAL do programa LEADER.

Conceito de desenvolvimento rural na Chéquia

A Chéquia conjugou diferentes fundos da UE para as zonas rurais em 2014-2020: os seus 178 GAL rurais abrangeram quase todas as zonas rurais do país, recorrendo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), ao Fundo Social Europeu (FSE) e ao FEADER, sendo a maior parte do financiamento proveniente do FEDER. Com base nesta experiência, a Chéquia concebeu o seu conceito de desenvolvimento rural em 2020 sob a supervisão do Ministério do Desenvolvimento Regional, conjugando várias fontes de financiamento através de instrumentos territoriais e estratégias SMART.



Durante a Presidência checa da UE, foi lançado o Pacto Rural checo, que reúne cidadãos, órgãos de poder local e outros parceiros para promover o desenvolvimento rural.

Mais informações [aqui](#) e [aqui](#).

Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2024

© União Europeia, 2024. CC-BY 4.0

Cover photo: © Monkey Business Images, Canva.com

Este programa é executado por:



PRINT ISBN 978-92-68-12976-0
PDF ISBN 978-92-68-12982-1

doi:10.2762/199006
doi:10.2762/805449

KF-09-24-088-PT-C
KF-09-24-088-PT-N